



Prefeitura Municipal De Siqueira Campos

Assessoria Jurídica	2
Decreto	2
Departamento Municipal da Rede Sócio assistencial e Habitação	9
Edital	9

Expediente

Produção editorial: **DIÁRIO OFICIAL.**

Este documento é veiculado exclusivamente na forma eletrônica.

Acervo

Esta e outras edições poderão ser consultadas no seguinte endereço eletrônico:

www.siqueiracampos.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

As consultas são gratuitas e não necessitam de cadastros

Entidades

Câmara Municipal De Siqueira Campos

CNPJ: 77.780.203/0001-72

Telefone:

Celular:

E-mail: camara.siqueiracampos@gmail.com

Rua Pernambuco, nº 1219 - Centro - CEP: 84940-000

Siqueira campos - PR

Prefeitura Municipal De Siqueira Campos

CNPJ: 76.919.083/0001-89

Telefone: (43) 3571-1122

Celular:

E-mail: marketing@siqueiracampos.pr.gov.br

Marechal Deodoro, nº 1837 - Centro - CEP: 84940-000

Siqueira Campos - PR

Site: <https://www.siqueiracampos.pr.gov.br/>



Prefeitura Municipal De Siqueira Campos

Assessoria Juridica

Decreto



Prefeitura Municipal de Siqueira Campos

Estado do Paraná

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

DECRETO 083/2023

Súmula: Dispõe sobre o fluxo para declaração, lançamento, análise e arbitramento do ITBI no município de Siqueira Campos - Paraná.

LUIZ HENRIQUE GERMANO, Prefeito do Município de Siqueira Campos, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 104, § 3º da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. A declaração, arbitramento da base de cálculo e lançamento do ITBI seguirão os trâmites definidos neste Decreto, com base nas regras estabelecidas nos arts. 172 a 179 do Código Tributário Municipal – CTM e nos ditames dos seguintes dispositivos legais, teses de Repercussão Geral e Temas Repetitivos:

- I.** Art. 156, II da Constituição Federal, que define o ITBI;
- II.** Art. 38 do Código Tributário Nacional, que estabelece a base de cálculo do ITBI;
- III.** Art. 156, §2º, I, que define as imunidades de ITBI;
- IV.** Art. 37 do Código Tributário Nacional, que regula as imunidades de ITBI;
- V.** Tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, em Repercussão Geral, no Tema 796, que trata da imunidade do ITBI;
- VI.** Art. 148 do Código Tributário Nacional, que trata do arbitramento da base de cálculo dos tributos lançados por declaração e/ou homologação;
- VII.** Tese do Tema Repetitivo 1.113 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, referente a identificação da base de cálculo do ITBI e os trâmites para arbitramento.

CAPÍTULO I DA DECLARAÇÃO DO ITBI PARA LANÇAMENTO

Art. 2º. O ITBI é lançado por declaração e o trâmite para apuração do tributo nas transmissões regulares, que incluem compra e venda, permuta, cessão de direitos e outras transmissões onerosas não imunes do tributo, seguirá o fluxo abaixo descrito:

I – Apresentação de requerimento pelo contribuinte, no padrão definido pelo fisco, com as seguintes informações da operação de transmissão da propriedade:

- a)** Tipo de operação: compra e venda, permuta, cessão de direitos ou outra operação onerosa de transmissão da propriedade;



b) Valor declarado do imóvel: informar o valor do negócio e o valor de mercado do bem, quando o contribuinte entender que exista diferença entre os dois valores, sendo obrigatório a indicação de ao menos um dos valores;

c) Qualificação do contribuinte e dados para contato: nome, CPF, endereço, celular e e-mail, com obrigatoriedade de indicação de celular ou e-mail no requerimento;

d) Qualificação do imóvel: área total de terra nua (terreno) e da área construída existente (mesmo que não averbada), número da inscrição municipal do imóvel, se houver, e endereço completo;

e) Aceitação de recebimento e ciência: Declaração de que aceita receber informações sobre a análise e lançamento do ITBI por e-mail ou celular, e de que tem ciência dos trâmites para declaração e arbitramento;

f) Anexos obrigatórios: matrícula atualizada do imóvel (com data não anterior a trinta dias do requerimento) e, quando se tratar de imóvel objeto de financiamento, contrato relacionado a operação de crédito.

g) Imóveis rurais: A declaração deverá apontar a aptidão de uso (agrícola intensivo, silvipastoril e servidão florestal), eventuais existência de áreas de preservação permanente, além da entrega da última declaração do Imposto Territorial Rural – ITR ou do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

II – No ato de apresentação do requerimento, deve-se verificar o preenchimento de todos os itens obrigatórios para aceitação do protocolo, caso falte alguma informação, deverá o contribuinte inseri-la e efetuar novamente o requerimento.

III – Protocolado o requerimento, o fisco terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para emitir resposta, que poderá ser:

a) Pela aceitação das informações e valores declarados, com o lançamento do tributo pela alíquota definida na lei municipal e a geração dos meios para pagamento, cujo vencimento será de trinta dias contados da emissão, seguido da comunicação ao contribuinte via dados de contato informado do requerimento;

b) Pelo arbitramento da base de cálculo do ITBI, caso os valores declarados pelo contribuinte estejam aquém do valor praticado no mercado imobiliário, conforme os trâmites definidos neste Regulamento para o procedimento de arbitramento dos valores.

§ 1º - A efetivação da transferência do imóvel somente poderá ocorrer com o pagamento da guia, e caso queira efetivar a transmissão antes do prazo máximo de pagamento, deverá o contribuinte recolher o tributo antes do vencimento.

§ 2º - O requerimento será protocolado por meio físico ou encaminhado por e-mail tributacao@siqueiracampos.pr.gov.br, conforme os padrões e trâmites definidos pelo Município.

§ 3º - Os modelos de requerimento e declaração serão disponibilizados pelo fisco, em padrão que cumpra as informações mínimas indicadas neste Regulamento.

CAPÍTULO II DA ANÁLISE DAS IMUNIDADES DO ITBI



Art. 3º. Quando a operação envolver possível transmissão onerosa imune ao ITBI, na forma do art. 156, §2º, I da Constituição Federal, o contribuinte deverá requerer o reconhecimento da imunidade, com a apresentação da seguinte documentação:

I – Quando se tratar de integralização ao capital social de pessoa jurídica de bem imóvel:

a) Listagem dos imóveis localizados no Município que serão integralizados, com a indicação do seu número de matrícula e valor individualizado de integralização;

b) Contrato social consolidado mais recente ou Ata, no caso de sociedades anônimas, que detalhe os imóveis e aponte os valores de integralização de cada um;

c) Matrículas atualizadas dos imóveis;

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos dois exercícios;

II – Quando se tratar de fusão, incorporação ou cisão de pessoa jurídica:

a) Listagem dos imóveis localizados no Município que serão incorporados, cindidos ou fundidos entre as pessoas jurídicas envolvidas, com a indicação do seu número de matrícula e valor utilizado na integralização;

b) Contrato social consolidado mais recente ou Ata, no caso de sociedades anônimas, que detalhe os imóveis e aponte os valores de cada um na operação;

c) Matrículas atualizadas dos imóveis;

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos dois exercícios.

III – Quando se tratar de extinção de pessoa jurídica:

a) Listagem dos imóveis localizados no Município que são de propriedade da pessoa jurídica e serão repassados aos sócios, com a indicação do seu número de matrícula;

b) Contrato social consolidado mais recente ou Ata, no caso de sociedades anônimas, que estabeleça os critérios para extinção e faça a apuração das cotas de cada sócio;

c) Matrículas atualizadas dos imóveis;

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos dois exercícios;

§ 1º - O fisco analisará a documentação, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, e o contribuinte será informado do reconhecimento ou não da imunidade nos meios de contato indicados no requerimento.

§ 2º - Se a pessoa jurídica não possuir o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE de dois exercícios anteriores, em razão da sua recente constituição, poderá apresentar apenas os documentos do último exercício ou deixar de apresentá-los, desde que fique comprovada que o prazo de apresentação dos balanços contábeis ainda não expirou desde a data de constituição da pessoa jurídica.

Art. 4º. Na análise da imunidade, o fisco deverá atentar para os seguintes critérios:



I – Se a pessoa jurídica que receberá (adquirente) os imóveis possuir como atividade preponderante o ramo imobiliário, que inclui a compra e venda, construção para venda (incorporação), locação ou arrendamento de imóveis, mesmo que próprios, não terá direito a imunidade e o ITBI incidirá normalmente sobre a operação, como transmissão não imune.

II – Se a pessoa jurídica que receberá (adquirente) os imóveis não possuir como atividade preponderante o ramo imobiliário:

a) Na integralização de imóveis do sócio ao capital social, a imunidade alcançará somente o valor do imóvel informado no contrato social ou ata como integralizado ao capital social, com a incidência do ITBI na diferença positiva entre o valor real do imóvel, que é base de cálculo do imposto, e o valor informado na integralização, na forma definida pelo julgamento do Tema 796 pelo Supremo Tribunal Federal.

b) Nos casos de incorporação, fusão e cisão de pessoa jurídica, a imunidade alcançará somente o valor do imóvel informado como integralizado ao capital social no contrato social ou ata, com a incidência do ITBI na diferença positiva entre o valor real do imóvel, que é base de cálculo do imposto, e o valor informado na integralização, cabível análise do fisco em cada caso prático para analisar eventual imunidade integral, em razão da forma adotada nos contratos sociais e atas.

§ 1º - Considera-se preponderante a atividade imobiliária na pessoa jurídica, para os fins de verificação da imunidade, quando:

I – mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações imobiliárias.

II – a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 2º - As empresas enquadradas na condição do inciso II do §1º deste artigo, deverão apresentar ao fisco, nos três anos subsequentes a aquisição, seus balanços contábeis, até o mês de junho de cada exercício, para verificação da preponderância, sob pena de aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória, e lançamento do ITBI referente a operação.

§ 3º - Para identificação do ITBI nos casos as alíneas “a” e “b” do inciso II do caput deste artigo, a fórmula a ser aplicada será a seguinte, em que VB é o valor de base de cálculo do ITBI conforme os critérios de avaliação do fisco, VI é o valor informado de integralização ao capital social e A a alíquota de ITBI definida na lei municipal: $ITBI=(VB-VI)*A$.

§ 4º - A base de cálculo do ITBI para obtenção do valor do tributo na forma do §3º será obtida por meio do processo de arbitramento, conforme definido neste Regulamento.

§ 5º - Nos casos de extinção de pessoa jurídica, a imunidade será integral sobre a operação, independente do valor dos imóveis e do informado na extinção, exceto se o sócio que receberá os imóveis na extinção for pessoa jurídica com atuação no ramo imobiliário, situação em que incidirá normalmente o ITBI.



CAPÍTULO III DA ANÁLISE E ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO

Art. 5º. Feita a declaração do ITBI, por meio de requerimento, o fisco deverá averiguar a base de cálculo informada pelo contribuinte, que deve corresponder ao valor venal do imóvel, mais especificamente ao montante econômico, expresso em moeda corrente, equivalente ao valor de mercado do bem transferido, e quando o valor declarado for aquém do preço de mercado, o fisco deverá abrir procedimento de arbitramento da base de cálculo.

Parágrafo único: O processo de arbitramento se inicia com o apontamento inicial do valor de mercado do imóvel pelo fisco, seguido da contestação do contribuinte, e concluído com a decisão final do arbitramento, tudo conforme os trâmites estabelecidos neste Regulamento.

Art. 6º. Para os imóveis rurais, aqueles estabelecidos fora da zona urbana do Município ou que, dentro da zona urbana, sejam utilizados para exploração agrícola, a base de cálculo inicialmente arbitrada do ITBI pelo fisco será a maior dentre as apuradas pelos seguintes critérios:

I – Valor mais comum de terra por hectare indicado na tabela dos preços de terra agrícolas estipulado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, conforme as classes de aptidão de uso, permitida o fatiamento do imóvel em áreas de valores diferentes, caso esta seja a realidade do terreno declarada pelo contribuinte.

II – O valor médio do hectare nas últimas cinco transmissões de imóveis rurais sujeitas ao ITBI localizadas no mesmo setor, distrito ou localidade;

III – Valor de avaliação do imóvel constante em contrato de financiamento, de compra e venda, escritura pública ou sentença judicial;

IV – Valor do negócio constante em contrato de financiamento, de compra e venda ou em escritura pública;

V – Valor de transmissão anterior indicada na matrícula do imóvel.

Art. 7º. Para os imóveis urbanos, aqueles que não se enquadram na definição de imóvel rural, a base de cálculo inicialmente arbitrada do ITBI pelo fisco será a maior dentre as apuradas pelos seguintes critérios: (art. 148 do CTN)

I – Estudos técnicos e laudos gerais elaborados periodicamente por avaliadores de imóveis a pedido do Município para identificação da realidade do mercado imobiliário local;

II – O valor médio do metro quadrado do terreno e construção apurados em banco de dados do município nas últimas cinco transmissões de imóveis sujeitas ao ITBI localizadas no mesmo setor, bairro, zona ou localidade;

III – Valor de avaliação do imóvel constante em contrato de financiamento, de compra e venda, escritura pública ou sentença judicial;

IV – Valor do negócio constante em contrato de financiamento, de compra e venda ou em escritura pública;

V – Valor de transmissão anterior indicada na matrícula do imóvel.



§ 1º - A Administração definirá a periodicidade e os profissionais responsáveis pela elaboração dos laudos e estudos indicados no inciso I do caput.

§ 2º - Nas transmissões de imóveis com benfeitoria (construção), para identificação do valor médio indicado por metro quadrado na forma do inciso II do caput, o fisco poderá utilizar a proporção entre a área do terreno e da benfeitoria, para mensurar o quanto do valor da transação correspondeu a construção e quanto ao terreno.

Art. 8º. Apurado pelo fisco o valor inicial de arbitramento, o contribuinte será comunicado pelos meios de contato – e-mail ou celular – informados no requerimento, da base de cálculo arbitrada e terá o prazo de até trinta dias para declarar se aceita o valor inicialmente arbitrado ou para contestar o valor apontado, por meio de impugnação que deverá conter:

I – Um ou mais laudos de avaliação com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que contenha comparativos de preços com outras transmissões e vendas realizadas, emitidos por corretores de imóveis, com a indicação do número de registro do corretor no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI e no Cadastro Nacional de Avaliadores de Imóveis – CNAI; ou por engenheiro ou arquiteto, acompanhado do documento de responsabilidade técnica.

II – Laudos ou registros fotográficos que comprovem eventual inexistência de benfeitoria (construção), laudos de órgãos ambientais ou da Defesa Civil que atestem afetação do imóvel por motivo natural, ou outros documentos capazes de indicar eventual desvalorização do bem imóvel.

§ 1º - Caso os laudos de avaliação apresentados pelo contribuinte não cumpram os requisitos do inciso I do caput, o fisco manterá como base de cálculo o valor inicialmente arbitrado.

§ 2º - Se os laudos de avaliação apresentados cumprirem os requisitos do inciso I do caput, o fisco definirá como base de cálculo arbitrada o valor apontado no laudo de maior valor, quando mais de um, desde que esse não seja menor que oitenta por cento do valor inicialmente arbitrado.

§ 3º - Se os laudos de avaliação apresentados cumprirem os requisitos do inciso I do caput, entretanto apontarem valor de mercado menor que oitenta por cento do valor inicialmente arbitrado, a base de cálculo a ser determinada pelo fisco corresponderá a média simples entre o valor inicialmente arbitrado e o laudo de maior valor apresentado, quando mais de um.

§ 4º - Se o contribuinte apresentar os documentos previstos no inciso II do caput, o fisco poderá desconsiderar a construção inexistente, ou reduzir o valor de mercado do imóvel conforme o grau de afetação do imóvel, com base no tipo de laudo ou documento apresentado pelo contribuinte.

§ 5º - Se o contribuinte não declarar a aceitação do valor arbitrado ou não apresentar impugnação ao arbitramento no prazo definido no caput deste artigo, o processo de análise do ITBI será encerrado, sem o lançamento do tributo, e será necessário novo requerimento do contribuinte para reinício do processo.

Art. 9º. Concluído o processo de arbitramento e identificado o valor venal do imóvel, o fisco emitirá as guias para recolhimento do ITBI, com a aplicação da alíquota sobre a base de cálculo arbitrada.



Parágrafo único: Depois de constituído o crédito tributário, poderá o contribuinte, se desejar, apresentar impugnação ao lançamento, nos prazos e formas da legislação tributária, visto que o arbitramento é etapa prévia ao lançamento e não se confunde com o direito de contestação do tributo depois de constituído.

Art. 10. Nos casos de arrematação e adjudicação de imóveis, a base de cálculo do ITBI será o valor da arrematação ou da adjudicação.

Parágrafo único: Se houver diferença maior que seis meses entre a data de arrematação ou adjudicação e o efetivo pedido de cálculo do ITBI, o valor da arrematação ou adjudicação será corrigido monetariamente pelos mesmos critérios aplicados pelo Poder Judiciário até a data de cálculo do ITBI.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Siqueira Campos, 23 de junho de 2023.

Luiz Henrique Germano
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Siqueira Campos

Departamento Municipal da Rede Sócio assistencial e Habitação

Edital

EDITAL DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA DE INFORMÁTICA

Considerando o Edital nº 001/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a prova prática de informática realizada no dia 21 de junho de 2023;

A Comissão Especial do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, divulga:

1. O resultado da prova prática de informática de caráter eliminatório, indicando a situação de cada candidato:

NOME DO/A CANDIDATO/A	SITUAÇÃO
Ana Maria Fagundes de Lima	Não habilitada
Anderson Ribeiro da Rocha	Desclassificado
Fernanda Amaral Diniz Andrade	Habilitada
Márcia Pereira	Habilitada
Milene Ramos da Silva	Habilitada
Roberta Barbosa Lemes dos Reis	Habilitada
Thiago Caetano da Silva	Habilitado
Thiago Rodrigues de Oliveira Costa	Desclassificado



Vera Lucia da Cruz	Habilitada
--------------------	------------

2. Do resultado divulgado neste edital caberá recurso, o mesmo deverá ser interposto no prazo de 24 a 28 de junho de 2023, através de formulário on-line disponível no link: <https://forms.gle/GeJUuzt1pUHy5Kos7>

3. Os recursos apresentados fora do prazo estabelecido não serão considerados.

Siqueira Campos-PR, 23 de junho de 2023.

Lidinei Batista Alves de Souza

Presidente da Comissão Especial



Prefeitura Municipal De Siqueira Campos

Departamento Municipal da Rede Sócio assistencial e Habitação

Edital

EDITAL DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS CANDIDATOS AO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Considerando o Edital nº 001/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Siqueira Campos-PR;

Considerando a avaliação psicológica realizada no dia 17 de Junho de 2023;

A Comissão Especial do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, divulga:

1. O resultado da avaliação psicológica:

Nome do/a Candidato/a	Situação
ANA MARIA FAGUNDES DE LIMA	APTA
ANDERSON RIBEIRO DA ROCHA	APTO
FERNANDA AMARAL DINIZ ANDRADE	APTA
MARCIA PEREIRA	APTA
MILENE RAMOS DA SILVA	APTA
ROBERTA BARBOSA LEMES DOS REIS	APTA
THIAGO CAETANO DA SILVA	APTO
THIAGO RODRIGUES DE OLIVEIRA COSTA	APTO
VERA LUCIA DA CRUZ	APTA

2. Do resultado divulgado neste edital caberá recurso, o mesmo deverá ser interposto no prazo de 25 a 29 de junho de 2023, através de formulário on-line disponível no link: <https://forms.gle/7q9o7mbpL1GaUKCA7>

3. Os recursos apresentados fora do prazo estabelecido não serão considerados.

Siqueira Campos-PR, 23 de Junho de 2023


Lidinei Batista Alves de Souza
Presidente da Comissão